



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO  
CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO  
INSTITUCIONAL CELEBRADO EM 20.06.2018,  
ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO  
ESTADO DO CEARÁ E A SECRETARIA DE  
ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA  
(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8503414-  
35.2018.8.06.0001).**

AD1/CV N.º 23/2018

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, doravante denominado **TJCE**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 09.444.530/0001-01, com sede na Av. General Afonso Albuquerque Lima s/n, Cambéba, Fortaleza-CE, representado pelo Exmo. Sr. Presidente, Desembargador **WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAÚJO** no uso de suas atribuições legais e a **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ**, com sede na Rua Tenente Benévolo, nº 1055, Meireles, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.954.530/0001-18, doravante denominado simplesmente **SAP**, neste ato representada por seu Secretário, **LUIS MAURO ALBUQUERQUE ARAÚJO**, **RESOLVEM CELEBRAR O ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO**, conforme as disposições legais aplicáveis a espécie mediante as cláusulas e condições seguintes:

***Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal***

O presente Termo fundamenta-se no art. 116 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

***Cláusula Segunda – Da Alteração***

Constitui objeto deste instrumento a alteração do Item II, da Cláusula Terceira, no Termo de Convênio que tem por objetivo **a colocação de apenados, preferencialmente do regime semiaberto, para trabalhar ou estagiar e do regime aberto para estagiar nas dependências do Poder Judiciário, com a possibilidade de extensão as demais instituições públicas que integram o sistema de justiça**, que passa a vigorar com a seguinte redação:



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**“Cláusula Terceira – Das Obrigações dos Convenientes:**

**(...)**

***II – Cabe à Secretaria de Administração Penitenciária:***

- a) Realizar, quando necessário, a seleção psicossocial dos apenados, encaminhando-os às varas de execução penal para que os juízes façam a análise jurídica e decidam autorizando a saída para o trabalho externo;
- b) Promover cursos de capacitação e qualificação dos apenados assistidos pelo projeto, quando o Poder Judiciário se abster dessa obrigação;
- c) Ofertar bolsas de estudo/trabalho ou estágio e seguro obrigatório para absorção dos apenados pelo Poder Judiciário, quando houver disponibilidade de recursos financeiros;
- d) Fiscalizar, em dias de aula, trabalho ou estágio, pelo seu grupo de custódia.
- e) Fornecer refeição (almoço) por apenado, em cada dia por ele trabalhado.”

***Cláusula Terceira – Da Ratificação***

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Convênio original que não colidirem com as ajustadas no presente Termo.

E, por acharem os partícipes de perfeito acordo com as condições e cláusulas sobreditas, assinam o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, devendo seu extrato ser publicado no Diário da Justiça.

Fortaleza/Ce, 03 de JUNHO de 2019.

  
\_\_\_\_\_  
**WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAÚJO .**

DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

  
\_\_\_\_\_  
**LUIS MAURO ALBUQUERQUE ARAÚJO**

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ

TESTEMUNHAS: \_\_\_\_\_